



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
INCUBADORA UNIVERSITÁRIA DE
EMPREENHIMENTOS ECONÔMICOS E SOLIDÁRIOS
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COM ÊNFASE EM
ECONOMIA SOLIDÁRIA NO SEMIÁRIDO PARAIBANO**



MARIA EDILEIDE BATISTA GOMES

**ANÁLISE SOBRE A TIPOLOGIA DOS EMPREENHIMENTOS DE
ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL**

**SUMÉ - PB
2017**

MARIA EDILEIDE BATISTA GOMES

**ANÁLISE SOBRE A TIPOLOGIA DOS EMPREENDIMENTOS DE
ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL**

**Monografia apresentada ao Curso de
Especialização em Jovens e Adultos
com Ênfase em Economia Solidária
no Semiárido Paraibano como
requisito parcial para obtenção do
Título de Especialista.**

Orientador: Professor Dr. Gilvan Dias de Lima Filho.

**SUMÉ – PB
2017**

G633a Gomes, Maria Edileide Batista.

Análise sobre a tipologia dos empreendimentos de economia solidária no Brasil. / Maria Edileide Batista Gomes. Sumé - PB: [s.n], 2017.

47 f. : il.

Orientador: Professor Dr. Gilvan Dias de Lima Filho.

Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano.

1. Economia solidária - Brasil. 2. Empreendimentos de Economia solidária. 3. Empreendedorismo e autogestão. I. Título.

CDU: 334.73(043.1)

MARIA EDILEIDE BATISTA GOMES

**ANÁLISE SOBRE A TIPOLOGIA DOS EMPREENDIMENTOS DE
ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL**

**Monografia apresentada ao Curso de
Especialização em Jovens e Adultos
com Ênfase em Economia Solidária
no Semiárido Paraibano como
requisito parcial para obtenção do
Título de Especialista.**

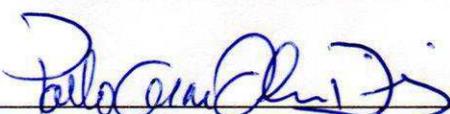
BANCA EXAMINADORA:



Professor Dr. Gilvan Dias de Lima Filho.
Orientador – UAEDUC/CDSA/UFCG



Professor Dr. Luiz Antônio Coelho da Silva.
Examinador I – UAEDUC/CDSA/UFCG



Professor Dr. Paulo Cesar Oliveira Diniz.
Examinador II – UACIS/CDSA/UFCG

Trabalho aprovado em: 05 de julho de 2017.

SUMÉ-PB.

AGRADECIMENTOS

Agradeço este trabalho primeiramente a Deus pelo dom da vida, por ter me feito forte, por não me deixar desistir de nada, por me fazer lutar até o último instante, por me fazer acreditar no melhor para minha vida e da minha família e das pessoas que me cercam.

Aos meus filhos: Julia Thais e Ítalo Tauan por fazerem parte de minha vida, por me darem forças, por me amarem incondicionalmente, a recíproca é verdadeira.

Aos meus pais: Luizinho Batista e Edileusa Batista por me concederem a vida e acreditarem na minha força e na minha capacidade.

A minha família e amigos que diretamente e indiretamente estão sempre presentes e na torcida, acredito na força do pensamento positivo, sei que vocês os têm.

Ao meu querido orientador, Professor Gilvan Dias, que o admiro e o respeito. Seria redundante agradecer simplesmente pela orientação, mas sim, pela paciência, pela aprendizagem, pela disposição e pelo desafio posto.

Enfim, a todos, os professores e os colegas do Curso de Especialização pelas contribuições dadas, a aprendizagem construída cotidianamente.

Creio nos valores humanos e sou a mulher da terra. ... Creio na força do trabalho como elos e trança do progresso. Acredito numa energia imanente que virá um dia ligar a família humana numa corrente de fraternidade universal. Creio na salvação dos abandonados e na regeneração dos encarcerados, pela exaltação e dignidade do trabalho. Acredito nos jovens à procura de caminhos novos abrindo espaços largos na vida. Creio na superação das incertezas deste fim de século.
(Eu Creio - Cora Coralina)

RESUMO

O presente trabalho buscou analisar as tipologias dos empreendimentos econômicos solidários ocorridos no Brasil, considerando às distintas formas de organização coletiva, com princípios voltados a Cooperação e autogestão em diferentes setores da economia e em todos os estados da Federação. Como suporte teórico o estudo partiu da literatura publicada pelos principais autores da área, para posteriormente realizar um levantamento de acordo com os dados da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), disponíveis no Atlas da Economia Solidária de 2009-2013 e no Atlas Virtual da Economia Solidária. Foram considerados como variáveis os fatores motivadores para a criação, o tipo de empreendimento, e o gênero do envolvido. Como resultados, foram encontradas as seguintes tipologias existentes no cenário brasileiro dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES): a maioria está na região Nordeste (40,8%), no meio rural (54,8%), voltados a exercer atividades características da agricultura familiar (47,9%), alocados no segmento econômico de serviços (67%), na forma de associações (60%) e constituídas por até 20 membros (41,7%). Concluiu-se que, há forte crescimento nesse setor com amplas possibilidades de desenvolvimento no campo social e econômico, dada sua contribuição para a inclusão socioeconômica da população mais pobre e para o desenvolvimento local. Já no campo das políticas públicas, apontam diversas possibilidades de intervenção por meio de programas específicos de apoio e fomento, como políticas de subsídio e demanda.

Palavras-chave: Economia solidária. Cooperação e autogestão. Empreendimentos econômicos solidários.

ABSTRACT

The present work sought to analyze how typologies of economic enterprises of solidarity occurring in Brazil, considering the different forms of collective organization, with principles focused on Cooperation and self - management in different sectors of the economy and in all states of the Federation. In support of a study of the literature published by the main authors of the area, to carry out a survey according to data from the National Secretariat for Solidarity Economy (SENAES), available in the Atlas of the Solidarity Economy of 2009-2013 and in the Virtual Economy Atlas Solidary. The motivating factors for a creation, the type of enterprise, and the gender of the involved were considered as variables. As a result, the following typologies were found in the Brazilian Economic Solidarity Projects (EES) scenario: the majority are in the Northeast region (40.8%), in rural areas (54.8%), Family agriculture (47.9%), allocated in the economic segment of services (67%), in the form of associations (60%) and constituted by up to 20 members (41.7%). It was concluded that there is a strong growth in this sector with broad possibilities of social and economic development, given its contribution to the socioeconomic inclusion of the poorest population and to local development. In the field of public policies, they point out various possibilities for intervention through specific support and promotion programs, such as subsidy and demand policies

Key words: Solidarity economy. Cooperation and self-management. Brazilian economic solidarity projects.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Distribuição dos EES por localização (Em %)	31
Gráfico 2 -	Principais dificuldades na comercialização	36
Gráfico 3 -	Principais dificuldades para obtenção de crédito ou financiamento	38
Gráfico 4 -	Periodicidade da assembleia ou reunião dos coletivos de sócios	39
Gráfico 5 -	Tipo de apoio/assessoria que o EES recebeu	40
Gráfico 6 -	Organizações que prestaram apoio e assessoria a EES	40
Gráfico 7 -	Participação dos EES em redes de articulação e/ou movimentos sociais	41

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Distribuição regional dos EES.....	31
Tabela 02 - Principais motivos à constituição dos EES.....	32
Tabela 03 - Número total de sócios (homens e mulheres)	32
Tabela 04 - Distribuição dos EES por número de sócios (as)	33
Tabela 05 - Distribuição dos EES por tipo de formalização.....	33
Tabela 06 - Distribuição dos EES por atividade econômica e seleção amostral.....	34
Tabela 07 - Distribuição dos EES por predominância da atividade econômica dos sócios.....	34
Tabela 08 - Distribuição dos EES por faixa de faturamento.....	35
Tabela 09 - Formas de comercialização de produtos e serviços dos EES.....	37
Tabela 10 - Percepção dos associados quanto às conquistas dos EES.....	41
Tabela 11 - Percepção dos associados quanto aos desafios dos EES.....	42
Figura 1 - Dimensões do desenvolvimento sustentável.....	21
Figura 2 - Organização funcional da economia solidária.....	27

LISTA DE SIGLAS

ANTEAG - Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária

CNES - Conselho Nacional de Economia Solidária

EAF - Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento

ECOSOL - Economia Solidária

EES - Empreendimentos de Economia Solidária

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ITCP - Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

PPAs - Planos Plurianuais de Investimento

SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária

SIES - Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária

UNISOL - União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	CONCEPÇÃO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	14
2.1	Experiências de Economia Solidária no Brasil.....	14
2.2	Sociedade Pós-Capital, Palco de Transformação Social.....	17
3	ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL.....	22
3.1	Experiências de Economia Solidária no Brasil.....	22
3.2	Atuação do Estado Frente ao Surgimento da Economia Solidária.....	25
4	METODOLOGIA.....	28
5	TIPOLOGIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL.....	29
5.1	Mapeamento dos Empreendimentos Econômicos Solidários no Brasil.....	29
5.1.1	Panorâmica dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES).....	30
5.2	Dimensão Econômica.....	35
5.3	Dimensão da Gestão Administrativa e Organização Política.....	38
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
	REFERÊNCIAS.....	45

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, no Brasil e no mundo, houve considerável aumento no número de iniciativas socioeconômicas coletivas que visam promover a cooperação entre trabalhadores ou produtores autônomos e familiares, com atuação nas áreas urbanas e rurais, para possibilitar atividades de produção, de prestação de serviços, de crédito, de comercialização e de consumo. Tais iniciativas conhecidas como economia solidária (Ecosol) são fomentadas como alternativas ao desemprego, oportunidades de inclusão social e estratégias de dinamização de cadeias e redes produtivas no âmbito de processos de desenvolvimento local sustentável.

De modo efetivo, a Ecosol desenvolve as capacidades das pessoas, valoriza o associativismo, o trabalho das mulheres, dos catadores de lixo, e de outros setores excluídos da sociedade, por problemas causados pelo modo de produção capitalista, como: concentração de renda, desemprego estrutural e conjuntural, crescimento da violência e da marginalidade social, o consumismo exagerado e a maximização do lucro que provocam a poluição e a exaustão dos recursos naturais, destroem os ecossistemas locais e muda o clima global. Tais fatos ampliam a desesperança em parte da população, de encontrar um espaço de inclusão no mercado de trabalho nos moldes tradicionais, ou seja, como empregado ou empregador.

Desse modo, a Ecosol configura-se como uma alternativa de produção, comercialização e consumo, com princípios de cooperação, solidariedade e autogestão. Um modo de economia em que prevalecem práticas solidárias, de formas cooperadas e associadas, de grupos informais, de clubes de troca, dentre outras manifestações sociais e culturais. Esse modelo busca oferecer uma resposta positiva ao desemprego e a vulnerabilidade social com a inserção e a inclusão social.

A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) em 2003 garantiu uma maior visibilidade do movimento da Ecosol e um compromisso institucional com o desenho das políticas públicas especialmente voltadas ao apoio de bancos e fundos comunitários, incubadoras de cooperativas populares, processos de capacitação e de desenvolvimento local e ações de comercialização, dentre outras. Com isso, a SENAES busca contribuir para a consecução do objetivo de promover a geração de trabalho e renda e a inclusão social e econômica de milhões de brasileiros.

Dentro desse contexto, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar a tipologia dos empreendimentos econômicos solidários ocorridos no Brasil, descrevendo suas principais características no que relaciona a produção, comercialização, organização, financiamentos, investimentos, correlacionados ao que tange a geração de trabalho e renda.

Para que isso fosse possível foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: apresentar a concepção e as características da economia solidária; expor os princípios que norteiam o funcionamento da economia solidária; delinear o cenário espacial dos empreendimentos de economia solidária; Descrever tipologias e características das principais experiências de economia solidária do Brasil.

Nesse sentido, a formulação do problema de pesquisa questiona: qual a tipologia dos empreendimentos econômicos solidários no Brasil?

Assim, arrolando objetivo e problema pode-se compreender que a economia solidária trata de um modo de produção social e como finalidade se contrapõe ao modelo capitalista nos seus aspectos de relações sociais, resultando em impactos econômicos, sociais, culturais e políticos relevantes. Logo, este estudo se justifica no sentido de sistematizar os dados dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) o que sugere a realização de novos estudos que possam contribuir para a sistematização dos seus dados e a busca em seu foco prático de modo que possa facilitar o desenvolvimento de estudos e pesquisas em economia solidária. Bem como, apresentar sua configuração na economia brasileira atual.

O trabalho de pesquisa está estruturado em seis partes, sendo que na seção primária apresenta-se a introdução. O primeiro capítulo aborda a relação social de trabalho no sistema capitalista, considerando o trabalho humano enquanto submisso individualizado, explorado e competitivo perante o mercado. O segundo capítulo trata da análise da Ecosol como meio para a estruturação de um novo modo-de-produção não capitalista e suas potencialidades e transformação social enquanto espaço de formação política e construtora de uma nova sociabilidade.

A terceira parte trata do procedimento metodológico uma pesquisa teórica e bibliográfica sobre economia capitalista e economia solidária; além de uma investigação empírica sobre os diversos EES existentes na economia solidária brasileira. Como objeto empírico, utilizaram-se os dados auferidos pelo Mapeamento da Economia Solidária no Brasil sobre a organização dos EES no Brasil e nas regiões disponíveis no banco de dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES/SENAES).

Já o terceiro capítulo analisa a tipologia dos EES no Brasil, para isso é feito um mapeamento e uma panorâmica dos empreendimentos ou atividades econômicas solidárias organizadas no âmbito do país, como base as informações disponibilizadas pelo SIES, elaborado pela SENAES, com a finalidade de disponibilizar um arsenal bastante significativo e atualizado sobre as dimensões que caracterizam esses empreendimentos. Por fim, este trabalho apresenta as considerações finais, seguindo-se das referências que subsidiaram o

presente estudo. De forma preliminar, conclui-se que a Ecosol surge como resposta a incapacidade da economia de mercado de garantir provimento às necessidades básicas da população, sobretudo, a garantia de geração de trabalho e renda para os envolvidos. E que os EES apontam um potencial de crescimento extensivo no âmbito econômico e social.

2 CONCEPÇÃO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

O foco central dessa seção diz respeito a uma alternativa de produção, comercialização e consumo frente ao sistema capitalista, que desde a Revolução Industrial (século XVIII) até os dias atuais, traz nas suas bases o desemprego em massa e o trabalho precário. Como característica este sistema é marcado por uma divisão do trabalho que se configura com: exploração da força de trabalho, desigualdades sociais, desemprego e miséria de um lado; do outro, detenção dos meios de produção, acumulação do capital e do lucro advindo das grandes corporações e concorrência desleal (monopólio ou oligopólio) nos vários setores da economia.

2.1 Relação Social no Modo de Produção Capitalista

Tanto as evidências empíricas como as proposições teóricas a respeito do sistema capitalista, apontam como um modelo de produção em que a riqueza está concentrada nas mãos dos donos do capital. Essa minoria dispõe dos meios de produção e da propriedade privada, usufrui dos lucros e explora a maioria que dispõe da força de trabalho e a vende por um salário para sobreviver. Nesses dois lados antagônicos existem uma luta de classes, um mercado competitivo, uma concentração e centralização do capital e da renda, uma economia de escala e uma desigualdade social.

As empresas que não conseguem acompanhar o ritmo de progresso na produtividade do trabalho acabam falindo ou são compradas pelas maiores, levando a centralização de capital. Ou seja, a concorrência capitalista produz a monopolização do mercado em torno de grandes empresas. O resultado de todo este processo é que a escala mínima de produção eficiente tende a crescer, aumentam as economias de escala, e isso também poupa mão-de-obra (MARX, 1983, V.I, T.2, *apud* PITAGUARI, 2010, p. 21).

Esse modelo de produção começa a preponderar desde a Revolução Industrial, na segunda metade do século XVIII, na Inglaterra. Período em que houve drástica modificação na forma de fabricar os produtos consumidos pelo homem, com a divisão do trabalho, a substituição da mão de obra pelas máquinas no processo de produção, o aumento da produtividade e a alienação do trabalhador.

Outra questão relevante abordada no sistema capitalista diz respeito à exploração da força de trabalho pelos capitalistas e a geração da mais valia. Conforme o autor Karl Marx, o lucro provém do trabalho excedente, ou seja, do tempo de trabalho além daquele necessário para garantir a subsistência dos trabalhadores, esse trabalho extra não pago aos trabalhadores (mais-valia), é apropriado pelos capitalistas (MARX, 1983, V.I, T. 1, *apud* PITAGUARI,

2010). Essa exploração aponta como causa principal da acumulação de riqueza por parte do capitalista, e da acumulação de pobreza e miséria por parte da classe trabalhadora.

Segundo Magalhães (2006), *apud* Pitaguari (2010), o quadro socioeconômico das três últimas décadas (1980-2010) caracteriza-se pela intensificação do processo de reestruturação produtiva internacional do capital, chamada de globalização, cujas forças econômicas interagem e se desenvolvem de forma cada vez mais dinâmica, e provocando efeitos divergentes, favoráveis e maléficos, entre os vários agentes econômicos e sociais espalhados pelo mundo. O autor acrescenta ainda a respeito desse período em que as empresas multinacionais ampliaram seus impérios, impulsionadas pelas inovações contínuas e pelos capitais supostamente “sem pátria” que circulam livremente ao redor do globo.

Essa nova ordem econômica e social desponta como a principal alavanca de riqueza dos grandes conglomerados econômicos, mas contraditoriamente, aprofunda a concentração e centralização de capital, e amplia as desigualdades, as injustiças e a exclusão social. O resultado da reestruturação produtiva internacional do capital e da política neoliberal foi à diminuição das taxas de crescimento econômico nas últimas três décadas e uma significativa piora dos níveis de desemprego.

A reestruturação produtiva do capital é baseada na incorporação da automação microeletrônica no processo de trabalho, e na superação do rígido modelo taylorista e fordista de organização e de divisão do trabalho, por um modelo mais flexível chamado toyotista (...). Isso contribuiu com a aceleração e a exclusão social em escala mundial, principalmente nas nações menos desenvolvidas, ainda que algumas nações em desenvolvimento tenham se beneficiado deste processo (POCHMAN, 2001 *apud* PITAGUARI, 2010, p.24-25).

Ou seja, a reestruturação produtiva do capital trouxe flexibilização no processo de trabalho, em substituição a um modelo rígido e hierarquizado com divisão do trabalho, mas diminuiu a mão de obra, além de acarretar em terceirização da economia ou do emprego informal.

Esse cenário juntamente com o paradigma da política neoliberal resultou em desemprego já que essa corrente prega a não intervenção do Estado na economia e nos setores essenciais à população. Segundo Pitaguari (2010), o cenário que se apresenta atualmente tem sua origem na década de 1970, com uma diminuição progressiva da atuação dos governos nacionais, tanto nas questões econômicas, quanto na esfera social. Em virtude da fragilidade do Estado de bem estar social diante das crescentes demandas econômicas e sociais das populações, sem contrapartida orçamentária equivalente, resultando em déficits públicos crescentes e de difícil administração. Como reflexo desses desequilíbrios, alguns Estados

substituíram o modelo previdenciário por medidas liberalizantes, deixando para as leis de mercado a responsabilidade de harmonizar a sociedade e a economia¹.

Numa visão contextualizada, “(...) O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem estar (...)” (ANDERSON, 1995, p. 9). Nessa denotação política, o Estado deixa de interferir na economia, diminui os gastos nos setores sociais e privatiza as empresas estatais.

De modo que aumenta o desemprego e diminui o acesso da população aos serviços básicos a ela inerentes como determina a lei. Estas alterações são “(...) refletidas em altos índices de desemprego, aumento de índices de violência e criminalidade, aprofundamento da pobreza e da degradação ambiental, reflexões que não podem ser compensadas por projetos paternalistas e compensatórios” (RODRIGUES & BARBIERI, 2008, p.1079), mas de alternativas de produção, comercialização e consumo em que a justiça social seja princípio ativo nesse modelo.

Em conformidade com esse argumento, o autor Pitaguari destaca que as políticas econômicas adotadas pelo sistema capitalista são excludentes, e por isso outras saídas são buscadas, “É importante destacar que a reestruturação produtiva, a globalização, e o neoliberalismo são o ambiente atual no qual se insere a busca por formas alternativas de trabalho e subsistência entre os trabalhadores e, em particular, da economia solidária” (2010, p.28). A crise econômica do sistema capitalista acompanhada do desemprego em massa e do trabalho precário leva os trabalhadores a buscarem alternativas de trabalho. Nas últimas décadas um dos movimentos coletivos que se destaca em prol da classe trabalhadora e dos excluídos, chama-se economia solidária (Ecosol).

Quando se trata da Ecosol, o autor Paul Singer é referenciado como um dos precursores desse movimento e sua teoria parte do pressuposto que os problemas envoltos ao sistema capitalista levam a novas alternativas de produção. Nesse sentido, esse modelo de produção se manifesta em modelos organizativos e de expressão comunitária, como: associações, cooperativas, clubes de troca, feiras solidárias, pequenos empreendimentos familiares, dentre outras formas organizacionais.

Essa consolidação tem o intuito de assegurar as pessoas excluídas os recursos produzidos por eles próprios e preservar o ambiente os quais estão inseridos. Ou seja, em

¹ Política Neoliberal - foi inaugurada no Chile, no período do ditador Pinochet, entretanto, foi na Inglaterra de Margareth Thatcher que ganhou seus contornos mais definitivos e acabados, para depois transformar-se em paradigma dos organismos de regulação internacional como FMI e Banco Mundial (GENNARI, 2010, p. 22).

concomitância ao crescente desemprego e precarização do trabalho, são criadas novas formas de inserção no mercado com geração de trabalho e renda. Acarretando mudanças econômicas, políticas e transformações sociais.

2.2 Sociedade Pós-Capital, Palco de Transformação Social

A tendência imanente do sistema capitalista é excluir. Os trabalhadores têm para ofertar a esse sistema sua força de trabalho, mas como o sistema não absorve toda essa demanda, então irão ficar à margem do mercado que funciona conforme as leis de demanda e oferta de produtos e serviços. Assim como qualquer mercadoria, a mão de obra em abundância torna-se barata devido à demanda ser maior do que a oferta, do ponto de vista do empregador. Esse mesmo mercado conta com um contingente à disposição, também conhecido como exército industrial de reserva², nesse sentido, os trabalhadores são obrigados a se submeterem as condições precárias de trabalho, como: altas jornadas de trabalho, salários baixos e exploração do trabalho e outro de maior repercussão e gravidade, o desemprego.

Diante desse contexto em que o sistema capitalista se traduz e se apresenta com paradoxos e contradições, a tendência é haver mudanças e mobilizações no intuito de encontrar saídas frente às crises econômicas. A alternativa encontrada de desenvolvimento econômico e social trata-se de “uma nova economia, em que há um jeito de produzir, de vender, de consumir produtos, de oferecer e receber créditos, balizadas por princípios idealmente igualitários e democráticos” (LIMA FILHO, 2013). Ou seja, refere-se à Ecosol um modo de organização da produção, comercialização, consumo e finanças que prioriza o trabalho associado, a cooperação e a autogestão.

O autor Paul Singer mostra essa economia como um modelo econômico frente ao atual e numa perspectiva de transformação social.

A economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado por aqueles que se encontram marginalizados no mercado de trabalho, unindo o princípio de posse e uso dos meios de produção e distribuição, como princípio da socialização desses meios (SINGER, 2008, p.48).

Preconiza ainda que essa reação dos trabalhadores surgiu no início da Revolução Industrial impulsionada pelas injustiças geradas pelo capitalismo, e continua até hoje (Id., 2004a). No intuito de combater as injustiças sociais provocadas nesse período, inicia-se o

² Exército industrial de reserva é um conceito desenvolvido por Karl Marx em sua crítica da economia política, e refere-se ao desemprego estrutural das economias capitalista. Corresponde à força de trabalho que excede as necessidades da produção.

surgimento das cooperativas, a pioneira, a de Rochdale³, em Manchester na Inglaterra, em 1844. Uma cooperativa de consumo que até o momento serve de modelo para as cooperativas de todo o mundo por seus princípios de igualdade e democracia.

Foi neste contexto que Robert Owen, um grande empresário do setor têxtil, em vez de explorar ao máximo seus trabalhadores, resolveu lhes proporcionar um tratamento generoso (redução da jornada de trabalho, fornecimento de escolas para os filhos de seus empregados, etc.). Porém, para o espanto e admiração geral dos capitalistas, o lucro de Owen aumentou, em função do aumento de produtividade do trabalho nas suas empresas e acabou atraindo muitos empresários a *New Lanark* (SINGER, 2002 *apud* PITAGUARI, 2010, p. 29).

Owen que fazia parte da corrente socialista utópico, e os demais representantes Saint-Simon, Charles Fourier e Proudhon acreditavam na transformação vinda por parte dos proprietários do capital. De modo que contribuíram de forma embrionária para o surgimento e ideias revolucionárias, como a Ecosol e tantos outros movimentos social e popular espalhados pelo Brasil e o mundo. Cunha acrescenta sobre essa discussão: “A economia solidária deve muito às contribuições teóricas destes autores, mas sobretudo às experiências associativas desenvolvidas na prática pelos trabalhadores” (2002, p.47). Os socialistas utópicos que influenciaram o cooperativismo almejavam uma sociedade mais justa, solidária e sem desigualdade social.

Dentro dessa discussão, mas levando para o lado do cooperativismo, Paul Singer afirma que as cooperativas têm a tendência a se unir, inclusive é um dos princípios universais hoje. No mundo capitalista, os mercados são dominados por gigantescas empresas, que resultam da contínua fusão de empresas menores; as cooperativas só conseguem competir se elas também se unem:

(...) As empresas solidárias tendem a se federar, formando associações locais, regionais, nacionais e internacionais. O que impulsiona esta tendência é o mesmo conjunto de fatores que produz a centralização dos capitais em grandes empresas multinacionais e conglomerados: os ganhos de escala que permitem reduzir custos; a necessidade de juntar recursos para desenvolver nova tecnologia e difundir a melhor tecnologia, além de outros empreendimentos de alto custo e alto risco (SINGER in SOUSA SANTOS, 2002).

Nesse contexto, Paul Singer cita o caso mais famoso de cooperativa, o Complexo Cooperativo de Mondragón⁴, no País Basco, na Espanha. São mais de uma centena de

³ A cooperativa dos *Pioneiros Equitativos de Rochdale* de 1844 (Inglaterra) é considerada a principal cooperativa do mundo, seguindo de exemplo para todas as demais. Possuía em sua composição 28 (vinte e oito) operários qualificados em vários ofícios, que objetivavam tornar-se independentes e autossuficientes (SINGER, 2002).

cooperativas, em que setenta mil pessoas trabalham no presente, formando um complexo de cooperativas singulares de terceiro grau.

Cunha (2002), também salienta no seu trabalho a respeito, para a autora, no século XX uma das cooperativas mais referenciadas ocorreu na Espanha em 1956, a Corporação Cooperativa de Mondragón, considerado como o mais expressivo modelo cooperativo do mundo. Foi criado por iniciativa do padre católico José Arizmendi (conhecido como Arizmendi) que introduziu a visão social que estimularia o movimento em que privilegia o trabalhador em detrimento do exclusivismo da empresa e do lucro.

Como observado, o movimento de cooperação não é novo e representa parte fundamental para a Ecosol que segue os princípios de: solidariedade; sustentabilidade; mutualismo; cooperação; e a autogestão. Já as características inerentes, são: a associação voluntária de trabalhadores; a priorização das necessidades; o respeito aos limites naturais; a propriedade comum dos meios de produção; a gestão coletiva dos empreendimentos; a bonificação mútua nas relações de mercado.

Para Paul Singer & Souza (2003), *apud* Carvalho (2012), a unidade da economia solidária materializa-se, principalmente, pela cooperativa de produção que se organiza sob os princípios de: posse coletiva dos meios de produção, gestão democrática, repartição da receita líquida entre os integrantes (cooperados), destinação do excedente anual (sobras) também entre os integrantes. Em geral, é formada por ex-empregados de uma mesma empresa, estudantes, associações comunitárias, que recebem apoio de outras empresas solidárias, incubadoras universitárias, sindicatos, entidades religiosas, organizações não-governamentais, dentre outros.

No entanto, além da cooperativa de produção, existem outros tipos de cooperativas que se expõem no movimento da Ecosol. O autor Paul Singer faz uma distinção entre elas, abordando especificamente as formas como elas se apresentam:

- a) Cooperativa de produção - é a modalidade básica da economia solidária e as relações sociais de produção, os associados contribuem com o seu trabalho para a produção em comum de bens e produtos. A propriedade dos meios de produção é dos trabalhadores cooperados, e não há proprietários que não trabalhem nela;
- b) Cooperativa de comercialização - composta por produtores autônomos, individuais ou familiares que fazem suas compras em comum e, quando cabe, também suas vendas. Sendo a produção individual, o ganho também é e as

⁴ É um grupo de produção industrial e de empresas de distribuição sediadas no País Vasco (norte da Espanha) e também no resto de Espanha, bem como no estrangeiro. É considerada a maior cooperativa de trabalhadores do mundo (Mikel Lezamiz). Disponível: <http://cooperativismodecredito.coop.br/cenario-mundial/expressao-mundial/cooperativismo-de-credito-na-espanha/o-case-de-mondragon-na-espanha/>. Acesso dia 05 de maio de 2017.

sobras das operações comerciais são em geral distribuídas entre os cooperadores em proporção ao montante comprado e vendido por cada um através da cooperativa;

- c) Cooperativa de consumo - que é possuída pelos que consomem seus produtos ou serviços. A finalidade dela é proporcionar a máxima satisfação ao menor custo aos cooperadores;
- d) Cooperativa de crédito - Estas são empresas de intermediação financeira possuídas pelos depositantes. As cooperativas de crédito comunitárias, formadas por moradores da mesma cidade ou membros do mesmo sindicato, etc. aplicam os depósitos em empréstimos pessoais aos cooperadores. Isso se chama crédito rotativo e resgata gente pobre das garras da agiotagem, já que os bancos comerciais estão quase sempre fechados para ela (SINGER, in SOUSA SANTOS, 2002).

Dentre os princípios presentes na Ecosol, à cooperação e autogestão torna esse modelo mais igualitário e democrático, no entanto conforme Cunha:

O associativismo e a autogestão não eliminam imediatamente a divisão do trabalho, a propriedade privada ou o mercado, mas podem gradativamente criar as bases para extinguir a apropriação particular dos excedentes, neutralizar as tendências concentradoras do mercado capitalista, melhorar a correlação de forças produtivas, complementar o controle social do Estado e servir de escola para a formação de novas relações sociais de produção (CUNHA, 2002, p. 68).

Em outras palavras, não se trata de um modelo que queira derrubar os preceitos do capitalismo, mesmo porque este já se encontra consolidado, mas propicia as pessoas a se tornarem mais motivadas, inovadoras e conscientes do seu papel como agente ativo desse processo de transformação e inserção social. Além de resgatar ou se preocupar com o meio o qual estão inseridos, nos cuidados de preservação, conservação e respeito aos recursos naturais e do meio ambiente.

Ademais, a Ecosol conta com dez princípios que estão expostos no quadro seguinte:

Quadro 1: Princípios da Economia Solidária

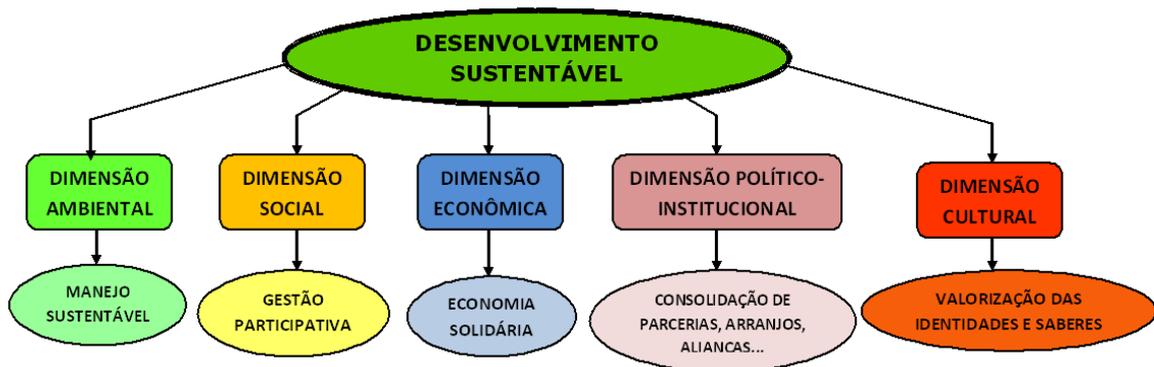
Autogestão	Os/as trabalhadores/as não estão mais subordinados a um patrão e tomam suas próprias decisões de forma coletiva e participativa
Democracia	A Economia Solidária age como uma força de transformação estrutural das relações econômicas, democratizando-as, pois o trabalho não fica mais subordinado ao capital.
Cooperação	Em vez de forçar a competição. Convida-se o trabalhador/a se unir a trabalhador/a, empresa a empresa, país a país, acabando com a “guerra sem tréguas” em que todos são inimigos de todos e ganha quem seja mais forte, mais rico e, frequentemente, mais trapaceiro e corruptor ou corrupto.
Centralidade do Ser Humano	As pessoas são o mais importante, não o lucro. A finalidade maior da atividade econômica é garantir a satisfação plena das necessidades de todos e todas.
Valorização da Diversidade	Reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino e a valorização da diversidade, sem discriminação de crença, raça/etnia ou opção sexual.
Emancipação	Contribuições para conquistas de bens materiais e simbólicos dos sujeitos, os quais desenvolvendo estratégias à economia de mercado emancipam-se e libertam-se.
Valorização do Saber Local	Respeito aos saberes locais, considerados em sua totalidade e como integrantes da cultura e da tecnologia popular.
Justiça Social na Produção	Comercialização, consumo, financiamento e desenvolvimento tecnológico, com vistas à promoção do bem-viver das coletividades e justa distribuição da riqueza socialmente produzida, eliminando as desigualdades materiais e difundindo os valores da solidariedade humana.
Cuidado com o Meio	É responsabilidade com as gerações futuras. Os empreendimentos solidários, além de

Ambiente	se preocuparem com que a eficiência econômica e os benefícios materiais que produzem, buscam eficiência social estabelecendo uma relação harmoniosa com a natureza em função da vida com qualidade, da felicidade das coletividades e do equilíbrio dos ecossistemas. O desenvolvimento ecologicamente sustentável, socialmente justo e economicamente dinâmico, estimula a criação de elos entre os que produzem, os que financiam a produção, os que comercializam os produtos e os que consomem (cadeias produtivas solidárias locais e regionais). Dessa forma, afirmam a vocação local articulada com uma perspectiva mais ampla, nacional e internacional
----------	---

Fonte: Economia Solidária, outra economia acontece: Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social-Brasília: MTE, SENAES, FBES, 2007. Elaboração da autora

Dessa forma, a Ecosol traz possibilidade de reprodução social imediata do trabalhador e das pessoas excluídas e isso carrega consigo um potencial de transformação econômica e social, por ser um modelo alternativo nos vários aspectos e nas diversas dimensões atreladas à tecnologia social e ao desenvolvimento sustentável. A figura 1 demonstra o entrelaçamento intrínseco dessas dimensões.

Figura 1 – Dimensões do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: SENAES – M T E (2010)

Verifica-se que o desenvolvimento gera inclusão econômica e social, já que não está atrelado apenas ao crescimento econômico, mas a um desenvolvimento que abrange as dimensões econômicas, políticas, sociais, culturais e ambientais, de modo que as necessidades materiais e intelectuais da sociedade sejam consideradas.

No próximo capítulo, tratar-se-á da Ecosol no Brasil, a partir do movimento que desencadeou seu surgimento e algumas experiências solidárias alocadas nesse modelo de cooperação e autogestão, bem como da atuação do Estado no que diz respeito à implantação de políticas públicas frente a esse processo de geração de trabalho e renda e valorização social.

3 ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

O presente capítulo discute o surgimento da Ecosol no Brasil que se consolidou a partir dos anos 1970 com a crise do bem estar social e a abertura da política neoliberal. Arelado a essas questões, houve as iniciativas dos trabalhadores que viviam em trabalhos precários ou subempregos e tinham por objetivo melhorar os salários ou incluir-se no mercado de trabalho. Esse movimento econômico e social prega a solidariedade e a igualdade como princípios, e viabiliza-se através da cooperação, da associação e da sindicalização. Além dos cuidados e preservação ao meio ambiente e adoção de tecnologias sociais e políticas públicas.

3.1 Experiências de Economia Solidária no Brasil

A Ecosol vem se desenvolvendo no Brasil desde as décadas de 1970 e 1980, períodos do surgimento da política neoliberal e da década perdida respectivamente, em que assolava uma crise econômica, concomitantemente atrelada a uma inflação alta, estagnação e recessão da economia e um alto índice de desemprego e exclusão, de modo que as alternativas surgidas em paralelo à economia vêm se transformando em um eficiente mecanismo de gerador de trabalho e renda.

(...) foi precisamente na década de 1990, que o fenômeno da economia solidária difundiu-se largamente pelo país e, assim, um número expressivo de trabalhadores passaram a se organizar nos chamados empreendimentos econômicos solidários, principalmente sob a forma de cooperativas autogestionárias. Naquele contexto observa-se uma crise no papel do Estado em formular e implementar políticas públicas, na inserção dos trabalhadores nas formas tradicionais de emprego, bem como uma ampliação dos índices de desemprego. A economia solidária surgiria como expressão da organização popular de homens e mulheres que, por meio do trabalho autogestionário, buscavam uma alternativa ao desemprego e às relações de trabalho precário (Tauile 2009, *apud* Carvalho 2012, p.47).

As primeiras manifestações organizacionais ou pluralidade com cunho social ocorridas no Brasil refere-se à Cáritas vinculada à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) onde foi fundada em 1956. Tem o objetivo de promover e atuar no campo social e trabalhar na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário. Sua atuação é junto aos excluídos em defesa da vida e na participação da construção solidária de uma sociedade justa, igualitária e plural (CUNHA, 2002; PITAGUARI, 2010).

Como nomenclatura eram denominados de Projetos Alternativos Comunitários (PACs) visavam gerar trabalho e renda de forma associativa para moradores das periferias pobres das regiões metropolitanas e da zona rural do país. Foram financiados pela própria Cáritas Brasileira, por ajudas caritativas das comunidades de fiéis e também receberam apoio financeiro de Cáritas europeias (CUNHA, 2002; PITAGUARI, 2010).

Outro movimento voltado à cooperação trata-se do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) que promoveu a formação de cooperativas agrícolas autogestionárias visando desenvolver um modelo solidário de cooperativismo, em contraposição às cooperativas tradicionais de caráter capitalista. O MST criou em 1990 o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) e a Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária no Brasil (CONCRAB) no nível nacional. O SCA reúne cooperativas de produção agropecuária, cooperativas de prestação de serviços, e, cooperativas de crédito (PITAGUARI *apud* CUNHA, 2002).

Outras experiências solidárias acontecem até os dias atuais, como a ANTEAG e a União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo (UNISOL), foram criadas em 1995. São entidades que fomentam e apoiam às empresas autogestionárias ou em vias de se transformarem.

Desde a crise dos anos 1980, que se prolongou pela década seguinte e fez com que várias empresas brasileiras fechassem ou entrassem em concordata, vêm aumentando os casos de trabalhadores que decidem arrendar ou adquirir coletivamente a empresa de seus ex-patrões em troca de dívidas trabalhistas, e para isso adotam o sistema de autogestão, sob a forma de cooperativas. Uma das primeiras experiências documentadas nasceu em 1984, em Porto Alegre, quando os trabalhadores da antiga indústria de fogões Wallig assumiram a massa falida e formaram duas cooperativas, das quais uma, a Coomec, funciona até hoje (CUNHA, 2002. P. 74).

Salienta-se que, além de representar as empresas politicamente, a ANTEAG possui um corpo técnico que assessora os trabalhadores em vias de assumir a massa falida de seus ex-patrões nos aspectos jurídicos, econômicos, contábeis e administrativos, com destaque para dois programas de educação em autogestão, estruturados em torno de três grandes eixos: 1) “fábrica sem patrão”, 2) questões de viabilidade econômico-financeira da empresa e 3) não dissociação entre “pensar” e “fazer” (SINGER, 2002; CUNHA, 2002). Nesse sentido, a autogestão diz respeito à democratização do trabalho e da produção em que o trabalho é coletivo dentro das cooperativas ou em qualquer outra forma de organização, sem hierarquia entre o trabalho e nos processos decisórios, cada um desempenhando sua função e ganhando de acordo com sua participação nas tarefas e nas cotas do capital.

De modo, que não para de ascender às performances e interfaces ligadas a representatividade desse movimento solidário. A Central Única do Trabalho (CUT) criou em 1999 a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) com apoio da Rede Universitária de Estudos e Pesquisas Sobre o Trabalho (UNITRABALHO) e do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE). A ADS tem difundindo conhecimentos

sobre economia solidária, organizando cursos de capacitação voltados para lideranças sindicais e militantes da economia solidária, inclusive capacitando estas pessoas por meio de cursos de pós-graduação desenvolvidos com apoio da UNITRABALHO.

Na mesma vertente de atuação, existem as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs). A primeira delas foi criada em 1995, pelo Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia, mais conhecido como COPPE, instituição da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Essas incubadoras são multidisciplinares, integradas por professores, alunos de graduação, de pós-graduação e funcionários. Propõem-se a atender: “grupos comunitários que desejam trabalhar e produzir em conjunto, dando-lhes formação em cooperativismo e economia solidária, além de apoio técnico, logístico e jurídico para que possam viabilizar seus empreendimentos autogestionários” (SINGER, 2002, p. 123).

Essas Entidades de fomento como a UNISOL, as ITCPs, e a ANTEAG desponta uma sexta modalidade de economia solidária, promovida pelas prefeituras de diversas cidades brasileiras e alguns governos de Estados, capacitando e dando apoio a pessoas beneficiadas pelos programas de renda mínima, frentes de trabalho e outras iniciativas congêneres, para que montem pequenos negócios cooperativos. Objetiva-se com isso, superar ações de assistência social de combate à pobreza, avançando em soluções mais ambiciosas e emancipatórias, ou seja, que garantam o auto sustento dos trabalhadores por meio do seu próprio trabalho (SINGER, 2002).

Destaca-se que, todas essas iniciativas começaram a ganhar identidade política no I Fórum Social Mundial (FSM)⁵ em que se estabeleceu a necessidade de organizar Fóruns Municipais, Estaduais e Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), do qual participam empreendimentos, agências de fomentos, movimentos sociais, representantes do poder público e parlamentares.

Além das modalidades citadas, contam-se também com os clubes de trocas, normalmente, reúnem moradores de uma comunidade para o intercâmbio de produtos, serviços ou saberes entre si. Cada grupo estabelece sua metodologia e os períodos de reuniões, que podem ser semanais, quinzenais ou mensais. O mercado de trocas conta com a figura dos “prossumidores”, participantes que são ao mesmo tempo produtores e consumidores. As feiras promovem a cooperação porque esta é uma alternativa ao

⁵ O primeiro encontro do Fórum Social Mundial aconteceu em 2001, na cidade de Porto Alegre (RS). Nesse encontro, quatro grandes temas foram debatidos: a) a produção de riquezas e a reprodução social; b) o acesso às riquezas e à sustentabilidade; c) a afirmação da sociedade civil e dos espaços públicos e d) poder político e ética na nova sociedade. Disponível: <http://brasilecola.uol.com.br/geografia/forum-social-mundial.htm>. Acesso dia 06 de maio de 2017.

desemprego e a criação de benefícios para todos os integrantes. O sistema favorece ainda a cultura de consumo consciente e fortalece as relações sociais. Com os clubes surgem moedas sociais em cada comunidade, que se tornam a referência monetária para as trocas. As moedas são uma alternativa quando não ocorrem trocas diretas de produtos ou serviços (PITAGUARI, 2010; LIMA FILHO, 2013).

Em suma, são milhares de iniciativas econômicas, rurais e urbanas, em que os trabalhadores estão organizados coletivamente: associações e grupos de produtores ou consumidores; cooperativas de agricultura familiar e assentamentos de reforma agrária; cooperativas de prestação de serviços; empresas recuperadas que foram assumidas por trabalhadores em sistemas de autogestão; redes de produção, comercialização e consumo; instituições de finanças solidárias (bancos comunitários, fundos rotativos solidários e cooperativas de crédito); clubes de trocas; e adoção de tecnologia social, dentre outras⁶.

Percebe-se que no Brasil, a Ecosol suscita em um processo de organização social e econômica de trabalhadores na geração de trabalho, renda e inclusão social, bem como para o processo de desenvolvimento sustentável local, através da constituição de empreendimentos econômicos solidários e da articulação de redes de cooperação.

3.2 Atuação do Estado Frente ao Surgimento da Economia Solidária

A Ecosol é uma importante experiência de produção direta baseada na cooperação do trabalho, na propriedade coletiva, na autogestão da produção e socialização dos resultados entre os trabalhadores, que passou a integrar a pauta de atuação do Estado, na tentativa de se criar alternativas ao desemprego estrutural, como práticas inovadoras de políticas públicas de inclusão social, criação de emprego e renda.

Nessa perspectiva, o Estado desenvolve políticas voltadas para o desenvolvimento da economia solidária, como parte das políticas de distribuição de renda e de inclusão social. “Desigualdades e pobreza em geral são fenômenos associados, de modo que a redução efetiva dos níveis de pobreza requer políticas e programas de combate às desigualdades”(GAIGER 2009, *apud* PITAGUARI, 2010). A atuação do Estado nos setores sociais e na promoção da renda vai de encontro à política neoliberal implantada na década de 1990.

Dentro dessa conjuntura, foi criada a SENAES pelo presidente Lula, em junho de 2003, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). É resultado da proposta apresentada ao presidente pelo movimento da sociedade civil, organizado em torno do Grupo

⁶ Disponível: <http://trabalho.gov.br/images/Documentos/EconomiaSolidaria/PlanoNacionalEcoSol.pdf>. Acesso em 22 de março de 2017.

de Trabalho (GTBrasileiro) da Ecosol. Este tinha o objetivo viabilizar e coordenar atividades de apoio à Ecosol em todo o território nacional, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário.

Entre as diversas oficinas do I Fórum Social Mundial (I FSM), que ocorreu em Porto Alegre, Estado do Rio Grande Sul, em 2001, houve 1.500 participantes na oficina denominada “Economia Popular Solidária e Autogestão” que debateu a auto-organização dos trabalhadores, as políticas públicas e as perspectivas econômicas e sociais de geração de trabalho e renda. A realização do fórum no Brasil deu maior visibilidade e chamou a atenção da sociedade civil e das universidades para o fenômeno no país, o que contribuiu para o seu impulso (FBES, *s/d*, *apud* PITAGUARI, 2010).

E em junho de 2003 durante a III Plenária Brasileira da Economia Solidária, foi criado oficialmente o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). O FBES procurou apoiar o movimento a favor da economia solidária em diversas iniciativas e atividades econômicas como:

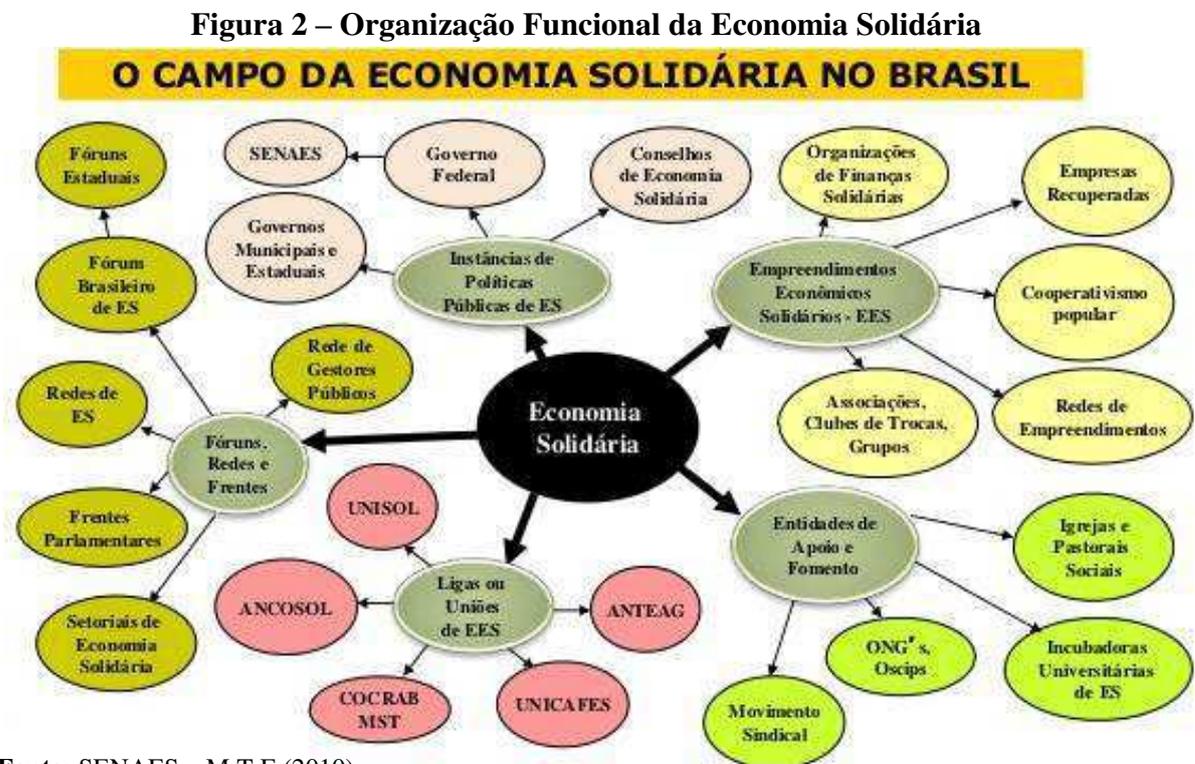
Abastecimento, comercialização, trabalhar com moeda social, promover rodadas de negócio, realizar feiras em todos os estados, fazer campanha de consumo consciente, comércio justo e solidário, constituir redes, cadeias produtivas, finanças solidárias, trabalhar no campo do marco legal (especialmente: lei geral do cooperativismo e cooperativa de trabalho) (FBES, *s.d.*).

Em âmbito governamental nacional, o Governo Federal criou em junho 2003 o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), e instituiu pelo mesmo ato legal a SENAES no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O CNES foi concebido como órgão consultivo e propositivo para a interlocução permanente entre setores do governo e da sociedade civil que atuavam em prol da economia solidária. Sua atribuição principal foi à proposição de diretrizes para as ações voltadas à economia solidária, nos Ministérios que o integram e em outros órgãos do Governo Federal, e o acompanhamento da execução destas ações. (MTE/SENAES, *s/d.*, *a. apud* PITAGUARI, 2010).

A partir de 2004 a SENAES começou a contar com orçamento próprio, e implementou o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, incluído nos Planos Plurianuais de Investimento (PPAs) do Governo Federal, nos quadriênios de 2004/2007 e 2008/2011. Sua finalidade foi promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária mediante políticas integradas visando o desenvolvimento por meio da geração de trabalho e renda com inclusão social. Inicialmente aquele programa privilegiou o fomento de novos empreendimentos solidários, e sua consolidação econômica (MTE/SENAES, *s/d.* a). No PPA de 2008/2011 o programa teve seu escopo ampliado, com destaque para:

a organização da comercialização dos produtos e serviços da economia solidária; a formação e assistência técnica aos empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação; o fomento às finanças solidárias, sob a forma de bancos comunitários e fundos rotativos solidários; e a elaboração de um marco jurídico diferenciado para a economia solidária, garantindo o direito ao trabalho associado (MTE/SENAES, s/d., a).

A participação do Estado é extremamente importante nesse cenário da economia popular, seja na concessão de financiamento, incentivos fiscais, educação pública e qualificação profissional diferenciada, geração e transferência de conhecimento tecnológico e organizacional, valorização e controle da qualidade dos produtos. A figura 2 aponta a trajetória da Ecosol para sua consolidação dos EES no mercado brasileiro.



A figura aborda toda a trajetória ou os caminhos percorridos através das iniciativas dos órgãos fomentadores da Ecosol no Brasil, interpenetrando desde o surgimento das entidades de apoio como as Incubadoras Universitárias, ONGs, igrejas; além das instâncias de políticas públicas, como SENAES, os Governos Federal, Estadual e Municipal, os Conselhos de economia solidária; até as negociações nos Fóruns, nas Redes e nas Cadeias Produtivas e principalmente na implantação das políticas públicas como forma de consolidar os EES em forma de associações, clubes de troca, grupos informais, cooperativas e empresas recuperadas.

4 METODOLOGIA

A metodologia utilizada no presente trabalho consiste basicamente na investigação de obras bibliográficas que defendem a temática e outras que serão usadas para cotejar a discussão entre sistema capitalista e economia solidária. Trata de uma pesquisa teórica e bibliográfica sobre economia capitalista e economia solidária; além de uma investigação empírica sobre os diversos empreendimentos econômicos solidários existentes na economia solidária brasileira.

De modo prático, a pesquisa bibliográfica foi importante fonte primária de dados e informações. Para este constructo foram utilizadas várias fontes, como livros; periódicos; teses; dissertações; coletâneas de textos; além de dados de instituições oficiais como Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria Nacional de Economia Solidária, Sistema de Informações de Economia Solidária e o Atlas virtual de Economia Solidária.

Os dados quantitativos utilizados (secundários) nesse trabalho foram obtidos através da publicação no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) “Os Novos Dados do Mapeamento de Economia Solidária no Brasil: apontamentos iniciais para o debate”, o qual foi escrito a partir do segundo mapeamento de dados sobre a Ecosol no território nacional, realizado entre os anos de 2009 e 2013 e disponibilizado pelo Sistema de Informações de Economia Solidária e o do Atlas virtual de Economia Solidária.

Os dados encontrados nos sites especializados correspondem à caracterização dos EES decorrentes de informações obtidas por meio da aplicação de questionário composto por 171 questões organizadas nas seguintes seções: identificação e abrangência; características predominantes dos (as) sócios (as); características gerais do empreendimento; tipificação e dimensionamento da atividade econômica e situação de trabalho dos (as) sócios (as); situação do trabalho dos (as) não-sócios (as); investimentos, acesso a crédito e apoios; gestão do empreendimento; dimensão sociopolítica e ambiental e apreciações subjetivas a respeito do EES.

Com acesso aos dados partiu-se para a pesquisa e análise, mapeando os EES no Brasil e por regiões no sentido de traçar um perfil desses EES com informações abrangentes e sistematizadas a respeito da economia solidária para os estudos não ficarem restritos às pesquisas apoiadas em estudos de caso, de abordagem qualitativa que são também muito valiosos para o exame dos traços particulares dos empreendimentos, mas menos eficientes para identificar seu perfil de maneira mais abrangente.

5 TIPOLOGIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

O presente capítulo abordará o mapeamento feito no Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES)⁷ dos empreendimentos ou atividades econômicas solidárias organizadas no âmbito do país como um todo, mas sobretudo analisando as diferenças que existem entre os Estados e as regiões. Assim como uma panorâmica dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), abrangendo algumas dimensões, como, econômicas, organizacionais, e sociais.

5.1 Mapeamento dos Empreendimentos Econômicos Solidários no Brasil

Acredita-se que mapear os EES não seja uma tarefa fácil mediante a dificuldade da coleta de dados. No entanto, desde a criação da SENAES o órgão tem a proposta de realização de um levantamento amplo de informações e a criação de um banco de dados nacional sobre a economia solidária. O movimento da Ecosol já demandava este reconhecimento a fim de facilitar medidas de políticas públicas, além de um maior conhecimento do perfil desta forma de geração de trabalho e renda.

O SIES é o resultado deste mapeamento, e consiste em banco de dados dos empreendimentos de economia solidária de todo o Brasil. Ele é composto por informações de EES e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento (EAF). Permitindo que milhares de EES de base coletiva e autogestionária fossem identificados e caracterizados, tanto nas regiões como nos Estados e municípios.

Segundo Culti, “O mapeamento mostra a gênese dos empreendimentos econômicos solidários, suas estratégias de desenvolvimento e os benefícios para seus integrantes e para as comunidades onde ela se desenvolve” (2010, p.21). Um mapeamento desse setor representa uma ferramenta capaz de detectar as falhas.

O primeiro mapeamento foi realizado em 2005, registrando em sua primeira etapa aproximadamente 18 mil empreendimentos. Em 2007, a base de dados foi ampliada com um mapeamento complementar, chegando-se a quase 22 mil empreendimentos em todo o Brasil. O segundo mapeamento foi realizado entre 2010 e 2013 e abrangeu os EES, as EAF e também políticas públicas voltadas à Economia Solidária (PPES). O coordenador da pesquisa, professor da Unisinos, Luiz Inácio Gaiger ressaltou a importância de abordar a realidade dos trabalhadores da Economia Solidária ao mesmo tempo trata-se da primeira pesquisa

⁷ O Projeto SIES foi desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em Economia Solidária e Cooperativa (Grupo Ecosol), da Unisinos (Universidade do Vale do Rio dos Sinos), em convênio com a SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária). Disponível: <http://sies.ecosol.org.br/>. Acesso em 21 de maio de 2017

abrangente sobre a vida dos integrantes natos da Economia Solidária, aqueles que decidiram criar e manter empreendimentos solidários. Avaliar suas condições de vida e suas motivações ajudará a entender melhor esse campo de práticas.

Os principais objetivos do SIES, desde sua concepção, foram identificar e caracterizar a Ecosol no Brasil; fortalecer a organização e integrar redes de produção, comercialização e consumo; promover o comércio justo e o consumo ético; subsidiar a formulação de políticas públicas; facilitar a realização de estudos e pesquisas; dar visibilidade à economia solidária para obter reconhecimento e apoio público.

O resultado deste mapeamento foi uma considerável base de dados quantitativos para ver o perfil da Ecosol no Brasil e analisar suas capacidades, potencialidades e seus limites, considerando principalmente aspectos como inclusão social pela via da geração de trabalho e melhoria de renda; constituição de redes de comércio e consumo justos; potencial organizativo na formulação de políticas alternativas de desenvolvimento com relações de trabalho mais igualitárias.

O SIES veio preencher uma lacuna em termos de conhecimento sobre a realidade da economia solidária no Brasil, tornando-se importante instrumento para o planejamento de políticas públicas e permitindo a ampliação do reconhecimento e dimensionamento de uma realidade social e econômica até então não captada pelas pesquisas oficiais no Brasil⁸.

Segundo o Diretor do Departamento de Estudos e Divulgação da SENAES : “O Sistema de Informações é uma iniciativa pioneira no mundo e, em que pese às dificuldades de uma ação desta envergadura em termos nacionais tem se consolidado como importante instrumento para a política nacional de economia solidária” (Valmor Schiochet)⁹.

Lembramos que já tivemos um retrato da economia solidária revelado pelo mapeamento que foi amplamente divulgado por meio do Atlas da Economia Solidária, publicado em abril de 2006 (SENAES/MTE) e das opções de acesso ao Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária – SIES (www.sies.mte.gov.br) (CULTI, p. 22).

5.1.1 Panorâmica dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES)

As informações contidas nessa pesquisa correspondem aos dados do Segundo Mapeamento Nacional de EES. Mapeamento realizado pela SENAES, finalizado em 2013. O objeto de estudo desse trabalho é analisar a tipologia dos empreendimentos de economia solidária alocados no Brasil. Para isso, faz-se necessário adotar a metodologia de pesquisa que

⁸ Disponível em: <http://sies.ecosol.org.br/sies>. Acesso dia 06 de março de 2017.

⁹ Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/05/mapeamento-revela-perfil-da-economia-solidaria>

busque informações nas fontes referenciadas sobre os EES no Brasil e nas regiões brasileiras seguidas dos principais Estados.

Para este trabalho, utilizou-se a definição de EES adotada no próprio manual do Sies, como sendo as organizações: coletivas – organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de troca, redes etc., cujos participantes ou sócios exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados; permanentes que disponham ou não de registro legal, prevalecendo à existência real; e que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização e de consumo solidário¹⁰.

De acordo com o mapeamento do SIES identificou-se 19.708 empreendimentos organizados e distribuídos entre 2.713 municípios brasileiros (48,7%), entre 2009 e 2013. A maior parte deles se encontra na região Nordeste, responsável por 40,8% do total (exatamente a região mais pobre e com maior parcela relativa da população excluída do país). Em segundo lugar fica a região Sudeste com 16,4% (com maior número absoluto de população excluída do país).

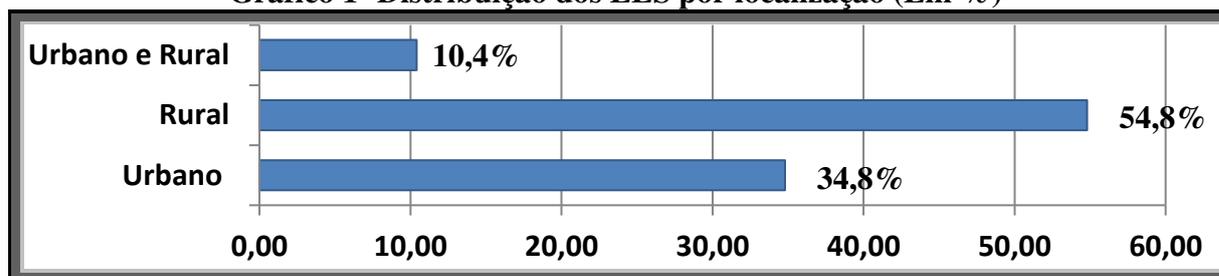
Tabela 1 - Distribuição regional dos EES

Regiões	Total	Percentual (%)	Frequência Acumulada (%)
NE	8.040	40,8	40,8
SU	3.292	16,7	57,5
SE	3.228	16,4	73,9
NO	3.127	15,9	89,8
CO	2.021	10,3	100
Brasil	19.708	100	100

Fonte: Banco de dados do SIES, 2013.

Em termos de localização dos EES nos municípios, mais da metade se encontra em áreas rurais, 54,8%, contra 34,8% de EES urbanos e 10,4% que se identificaram tanto rurais quanto urbanos. O gráfico 1 apresenta esses dados de forma detalhada.

Gráfico 1- Distribuição dos EES por localização (Em %)



Fonte: Banco de dados do SIES, 2013.

¹⁰ Ver Manual do SIES, 2013.

Esses empreendimentos são caracterizados por diferentes matizes estruturais. As diferenças estruturais entre eles são das mais diversas ordens: econômica, social, cultural e territorial. Eles também são marcados por distintas motivações para sua constituição. Os dados levantados pelo SIES apontam essa miscelânea de motivações. As mais comuns encontradas foram: obter uma fonte complementar à renda da família; alternativa ao desemprego; obter maiores ganhos com um empreendimento coletivo; estar em uma atividade onde todos são donos; e auxiliar no desenvolvimento comunitário. A tabela 2 constata essa tendência:

Tabela 2 - Principais motivos à constituição dos EES

Motivações	Número	Percentual (%)
Uma alternativa ao desemprego	9.106	46,2
Obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo	8.471	42,9
Uma fonte complementar de renda para os associados	9.624	48,8
Desenvolvimento de uma atividade onde todos são donos	8.024	40,7
Possibilidade de atuação profissional em atividade econômica específica	2.828	14,3
Condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios	4.130	20,9
Recuperação de empresa privada que faliu ou em processo falimentar	601	3,0
Motivação social, filantrópica ou religiosa	3.801	19,2
Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades	5.646	28,6
Alternativa organizativa e de qualificação	3.160	16,0
Organização econômica de beneficiários de políticas públicas	1.510	7,6
Incentivo de política pública (governo)	3.113	15,7
Fortalecimento do grupo étnico	1.912	9,7
Produção ou comercialização de produtos orgânicos ou ecológicos	1.607	16,5
Outro	1.890	9,5
Total	19.708	

Fonte: Atlas Digital da Economia Solidária/Senaes, 2013. (Questão de múltiplas respostas)

Estão associados nesses EES 1.423.631 pessoas associadas, sendo a maioria do sexo masculino: 803.373 (56,4% do total), contra 620.258 do sexo feminino (43,6%). Em média são 71 associados (as) por EES, como enseja a tabela 3.

Tabela 3 - Número total de sócios (homens e mulheres)

Brasil	Média	Mínimo	Máximo	Soma	Desvio padrão	Variância	Nº EES
Homens	40	0	20.870	803.373	252	63.944	
Mulheres	31	0	11.237	620.258	144	20.749	
Total	71	0	32.107	1.423.631	396	85.089	19.708

Fonte: Atlas Digital da Economia Solidária/Senaes, 2013.

Por outro lado, a maioria dos EES são pequenos e constituídos por um número restrito de participantes. Como ratificação em sua maioria são compostos por menos de 20 sócios(as), 41,7%, e 32,6% possuem entre 21 e 50 sócios(as), como mostra a tabela 4 a seguir.

Tabela 4 - Distribuição dos EES por número de sócios (as)

Número total de sócios	Total	Percentual (%)
Até 20 sócios (as)	8.217	41,7
Entre 21 e 50	6.419	32,6
Entre 51 e 100	2.873	14,6
Entre 101 e 500	1.759	8,9
Mais de 500 sócios (as)	345	1,8
NS/NR	95	0,5
Total	19.708	100

Fonte: Banco de dados do Sies, 2013.

Já a forma de organização predominante dos EES pesquisados é a figura da associação, com 60% do total. Outros 30,5% são grupos informais, e apenas 8,8% são formalizados enquanto organização cooperativa. Esse resultado demonstra um forte grau de deficiência institucional dos empreendimentos. Mesmo para quem opta pela forma cooperativa, tendo em vista as barreiras legais de registro, os custos de manutenção e as obrigações fiscais que asfixiam aquelas iniciativas desde a sua concepção. Por outro lado, as associações são formas organizacionais muito limitadas em termos de atividade comercial, não podendo, de acordo com o Código Civil brasileiro¹¹, exercer atividade econômica e emitir nota fiscal de seus produtos. Assim, com características legais de um grupo informal torna-se bem mais difícil o acesso a financiamentos e programas governamentais de apoio, além de diminuir as garantias contratuais de seus associados em termos de horizonte de funcionamento do empreendimento e garantia de seu trabalho.

Essa dificuldade diagnosticada de formalização ressalta a importância, dentre outras ações, de apoio a programas de assessoria técnica, como no caso das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas (ITCPs), que existem em dezenas de universidades públicas e privadas.

Tabela 5 - Distribuição dos EES por tipo de formalização

Forma organizacional	Total	Percentual (%)	Frequência Acumulada (%)
Associação	11.823	60,0	60,0
Grupo informal	6.018	30,5	90,5
Cooperativa	1.740	8,8	99,4
Sociedade mercantil	127	0,6	100
Total	19.708	100	100

Fonte: Atlas Digital da Economia Solidária/Senaes, 2013.

O questionário aplicado nesses empreendimentos foi estruturado levando-se em consideração uma diferenciação entre eles segundo sua atividade econômica, podendo ser de:

¹¹ As associações são organizações que tem por finalidade a promoção de assistência social, educacional, cultural, representação política, defesa de interesses de classe, filantrópicas.

i) troca; *ii)* produção; *iii)* comercialização; *iv)* prestação de serviços; *v)* crédito ou finanças; e *vi)* consumo/uso coletivo. Para fins desta pesquisa, no intuito de compilar o maior número possível de variáveis comuns às diferentes atividades econômicas, foram selecionadas para análise as atividades de produção, comercialização e prestação de serviços, sendo excluídas as demais atividades por não apresentarem finalidade comercial e econômica propriamente dita. Com isso, o total de empreendimentos selecionados foi de 15.005, conforme expressa a tabela abaixo.

Tabela 6 - Distribuição dos EES por atividade econômica e seleção amostral

EES Mapeados	19.708
(-) Atividade econômica	
Troca de produtos ou serviços	-430
Poupança, crédito ou finanças solidárias	-328
Consumo/uso coletivo de bens e serviços	-3.945
(=) Amostra final	15.005
Comercialização ou organização da comercialização	2.628
Prestação de serviço	1.296
Produção ou produção e comercialização	11.081

Fonte: Banco de dados do Sies, 2013.

Desse total escolhido para as análises subseqüentes, o maior percentual de EES são formados por agricultores familiares/assentados de reforma agrária, que somados representam 52,6%. Esses números mostram significativa predominância desses empreendimentos ligados a atividades econômicas no meio rural. Outra atividade fortemente representada é de artesanato, com 22,7%, como representa a tabela 7.

Tabela 7- Distribuição dos EES por predominância da atividade econômica dos sócios

Atividade	Total	%	% Acumulativa
Agricultores familiares	7.158	47,7	47,7
Artesãos	3.413	22,7	70,4
Outros trabalhadores autônomos/por conta própria	1.141	7,6	78,1
Não se aplica ou não há predominância	987	6,6	84,6
Assentados da reforma agrária	734	4,9	89,5
Desempregados (desocupados)	613	4,1	93,6
Catadores de material reciclável	591	3,9	97,5
Artistas	196	1,3	98,9
Técnicos, profissionais de nível superior	162	1,1	99,9
Garimpeiros ou mineiros	10	0,1	100
Total	15.005	100	

Fonte: Banco de dados do Sies, 2013.

Como visto na seção anterior, o mapeamento dos EES permite situar, identificar e caracterizar nesse cenário várias possibilidades de trabalho coletivo e autogestionário, a formalização das organizações e a atividade econômica predominante.

5.2 Dimensão Econômica

Nesta seção, é importante avaliar as informações sobre o faturamento mensal dos EES pesquisados. Outro ponto importante diz respeito aos investimentos feitos nesse setor, sobre isso o 1º Plano Nacional de Economia Solidária aponta: “Investimento insuficiente nas finanças solidárias (cooperativas de crédito solidário, bancos comunitários de desenvolvimento, fundos solidários) nos territórios” (2015-2019).

Uma das primeiras inferências que podem ser feitas refere-se ao baixo valor indicado pelos associados. A tabela 8 mostra que cerca de 60% dos EES que responderam a essa questão afirmaram possuir um faturamento médio mensal inferior a R\$ 5.000,00. De modo geral, o rendimento mensal médio dos EES foi de R\$ 28.800,85. Essa informação é relevante, uma vez que, é a partir do faturamento que os EES conseguem arcar com seus compromissos financeiros e também remunerar seus trabalhadores associados.

Tabela 8 – Distribuição dos EES por faixa de faturamento

Faixa de faturamento	Total	Percentual (%)	Frequência Acumulada (%)
Até R\$ 1.000,00	6730	34,1	34,1
R\$ 1.000,01 - R\$ 5.000,00	5052	25,6	59,7
R\$ 5.000,01 - R\$ 10.000,00	1963	10	69,7
R\$ 10.000,01 - R\$ 50.000,00	2950	15	84,7
R\$ 50.000,01 - R\$ 100.000,00	484	2,5	87,2
Mais de R\$ 100.000,01	497	2,5	89,7
NS/NR	2.032	10,3	100
Total	19.708	100	

Fonte: Banco de dados do Sies, 2013

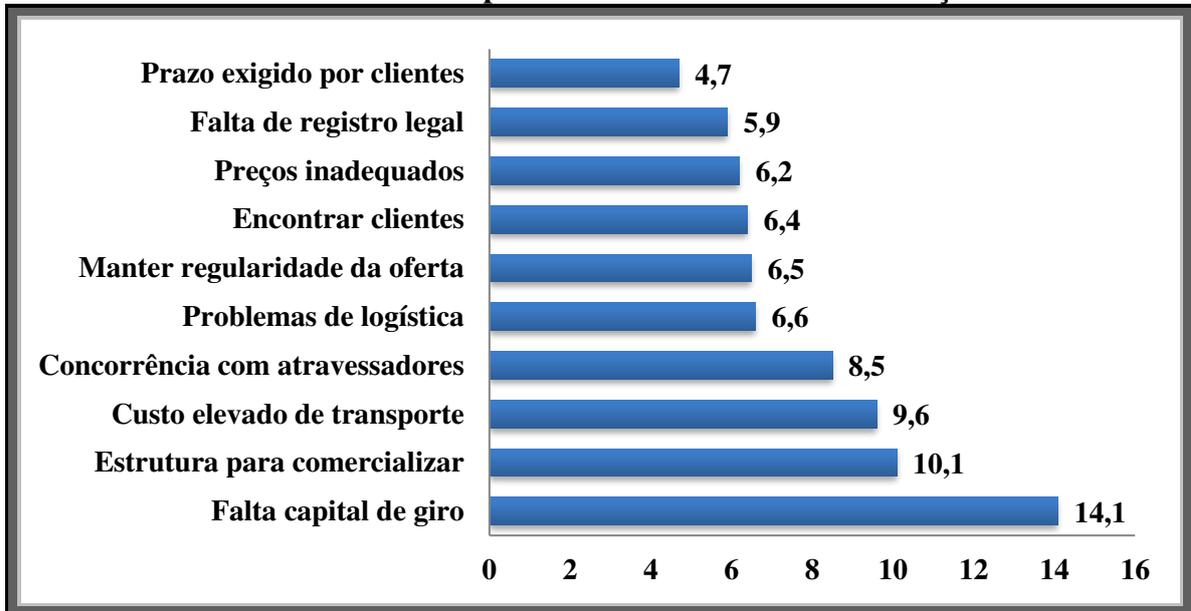
Um ponto considerável para se analisar nessa perspectiva é a capacidade de geração de renda dos empreendimentos através da sua capacidade de comercializar seus produtos e serviços. O 1º Plano Nacional de Economia Solidária aponta algumas dificuldades, dentre elas, destacam-se:

Insuficiência de políticas públicas permanentes de incentivo à economia solidária, em especial no campo da comercialização solidária, com certificação dos seus produtos e serviços, acesso aos mercados institucionais, espaços adequados e logísticas para a produção e comercialização pelos empreendimentos econômicos solidários urbanos e rurais.

Dos EES mapeados, três grupos têm por finalidade comercializar bens e serviços, são eles: de produção (ou produção e comercialização), de comercialização (ou organização da comercialização); e de prestação de serviços, que juntos totalizam 15.005 EES, representando 76% do total. Desses, 61,7% afirmaram ter alguma dificuldade na comercialização. Entre as principais dificuldades elencadas por eles, destacam-se a falta de capital de giro, a estrutura inadequada para a comercialização, o elevado custo de transporte, além da concorrência dos

intermediários comerciais, também conhecidos popularmente como “atravessadores”. O gráfico 2 apresenta cada uma das principais dificuldades listadas pelos EES por ordem de importância.

Gráfico 2 - Principais dificuldades na comercialização



Fonte: Banco de dados do Sies, 2013.

Já em termos de alcance de mercados, a atividade comercial dos EES está restrita basicamente ao âmbito local, com os produtos sendo comercializados em mercados locais e municipais. Essas vendas ocorrem principalmente pela entrega direta a clientes ou, então, por via de feiras livres ou espaços públicos de comercialização, além de espaços próprios mantidos pelos empreendimentos para esse fim. Considerando-se tabela 9 nota-se que 86% dos EES que responderam a essa questão afirmaram que comercializam seus produtos diretamente com os consumidores finais, e outros 39% negociam com revendedores ou atacadistas. Um número que merece ser destacado é o comércio direto com órgãos governamentais, que envolve 15% dos EES, em sua maioria empreendimentos de agricultores familiares que comercializam via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – programas do governo federal que possibilitam a compra de produtos alimentícios de agricultores familiares sob um processo mais simplificado. Apenas 13% dos EES afirmaram que vendem ou trocam parte de seus produtos com outros EES, o que fortaleceria a criação de “cadeias produtivas solidárias” entre eles. Veja a tabela 9.

Tabela 9 - Formas de comercialização de produtos e serviços dos EES

Para quem é feita a comercialização?	Número Total	Percentual (%)
Venda direta ao consumidor final	9.189	86
Venda a revendedores/atacadistas	4.149	39
Venda a órgão governamental	1.602	15
Venda para empresa(s) privada(s) de produção	959	8,9
Venda a outros empreendimentos de economia solidária	976	9,1
Troca com outros empreendimentos	421	3,9

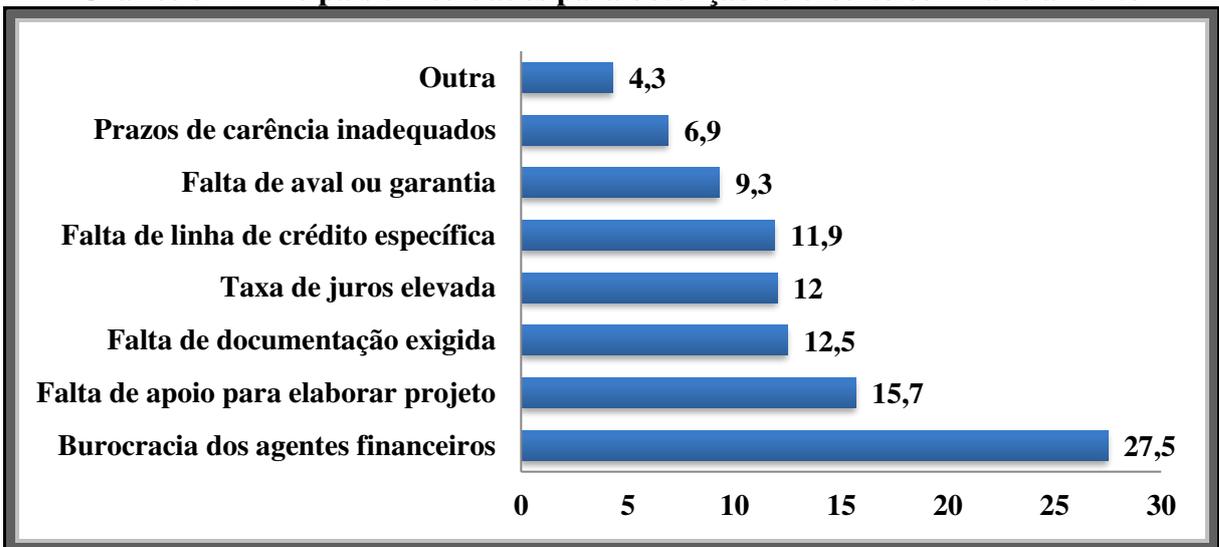
Fonte: Atlas Digital da Economia Solidária/Senaes, 2013. (Essa questão comportava mais de uma resposta)

As dificuldades econômicas dos empreendimentos comprometem diretamente também sua capacidade de investimento. Questionados se realizaram algum investimento nos últimos doze meses antes da pesquisa, 67% do total de EES responderam negativamente, e 33% disseram haver feito algum tipo de investimento.

Dentre os principais tipos de investimento listados por esse grupo, os mais comuns foram compra de equipamentos (36,9%), infraestrutura física (31,3%) e ampliação do estoque de matérias-primas (10,4%).

O baixo percentual de EES com acesso a crédito explica, em parte, essa dificuldade em se fazer novos investimento, já que apenas 23,3% deles buscaram alguma linha de financiamento, e apenas 11,1%, ou seja, apenas a metade desse grupo que tentou crédito, conseguiu. Porém, quando questionados se o EES necessitava de financiamento, 69,2% responderam que sim, o que aponta para a existência de uma demanda reprimida de crédito para empreendimentos coletivos. A questão da informalidade, tratada anteriormente, é um dos fatores limitantes (se não o principal) para capacitarem os EES a acessarem linhas de crédito para custeio e investimento de suas atividades. Uma possibilidade de resolver essa questão do acesso a crédito e também capital de giro, indicado como a principal dificuldade na comercialização, seria por meio de políticas públicas que disponibilizassem linhas de crédito favoráveis de acordo com suas atividades (SILVA; NAGEM, *apud* SILVA & CARNEIRO, 2014).

Exalta-se que existe uma dificuldade muito grande desses empreendimentos em acessar as linhas de crédito oficiais existentes, devido à/às: exigências de garantias e elevado grau de burocracia para a formalização das operações crédito; o 1º Plano Nacional de Economia Solidária destaca essa dificuldade em especial nos grupos de mulheres que seguem mais empobrecidos. Além disso, a burocracia dos agentes financeiros; falta de apoio para a elaboração do projeto; falta de documentação necessária; altas taxas de juros cobradas; entre outros fatores ratificam este cenário.

Gráfico 3 - Principais dificuldades para obtenção de crédito ou financiamento

Fonte: Banco de dados do Sies, 2013.

Já na dimensão econômica, mostrou um número elevado com baixa faixa de faturamento dos EES, resultado das inúmeras dificuldades no campo da produção, comercialização e aquisição de financiamentos e apoio por parte do governo na promoção das políticas públicas voltadas a esse setor.

5.3 Dimensão da Gestão Administrativa e Organização Política

Nesta seção, são abordados alguns pontos que podem ser diretamente relacionados à dimensão da autogestão nos EES pesquisados, além da busca de parcerias para o assessoramento técnico e o envolvimento deles com outras organizações de representação coletiva. Como complemento, são analisadas algumas percepções dos associados quanto à importância e os desafios do seu trabalho nesses empreendimentos.

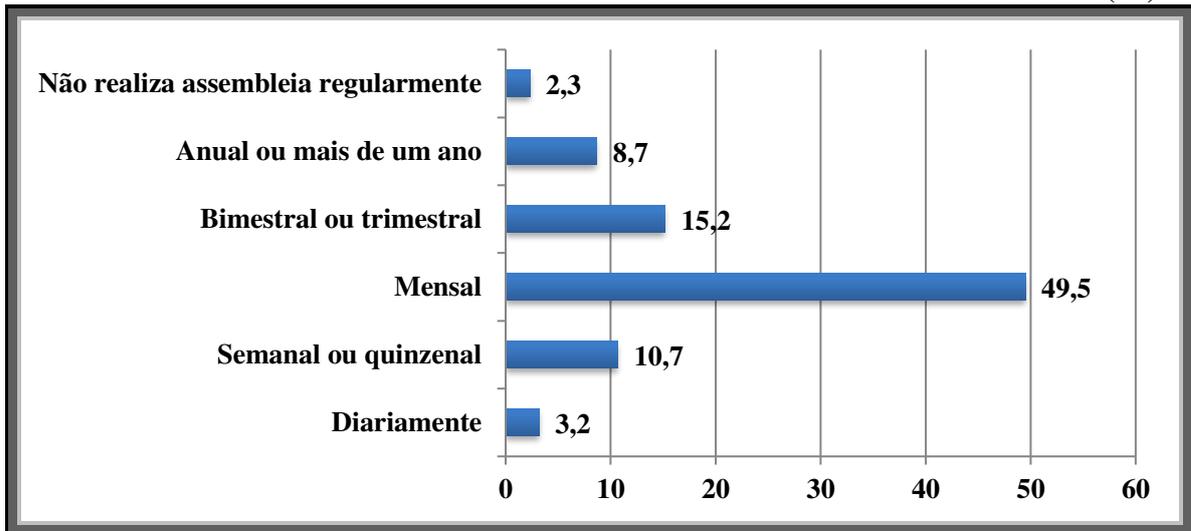
Iniciando pode-se dizer que, a questão da participação dos sócios em empreendimentos coletivos é ressaltada recorrentemente na literatura como um elemento fundamental para seu bom desempenho econômico (GAIGER, 2003, 2006; KRAYCHETE, 2007; DIAS, 2011, *apud* SILVA & CARNEIRO, 2014).

Sobre isso, mais de 60% dos EES entrevistados afirmaram realizar ao menos uma reunião coletiva ou assembleia geral mensal, e apenas 2,3% disseram não realizar esse tipo de reunião em seus empreendimentos com regularidade.

Em termos de densidade da participação dos associados, os dados apontam que há uma participação significativa nesses empreendimentos. A grande maioria deles afirmou que mais da metade dos sócios participam dessas reuniões e assembleias. As assembleias gerais costumam ser o principal mecanismo de participação e espaço de definições dos associados

quanto aos rumos do empreendimento que compõem, tais como: divulgação de registros e informações do empreendimento; prestação de contas aos(às) sócios(as); eleição de diretoria; decisão sobre destino das sobras e fundos; plano de trabalho; contratações e remunerações de terceiros; além de uma série de outras decisões cotidianas referente ao empreendimento (SILVA; NAGEM, 2012 *apud* SILVA & CARNEIRO, 2014).

Gráfico 4 - Periodicidade da assembleia ou reunião dos coletivos de sócios (%)



Fonte: Banco de dados do Sies, 2013.

Outra questão importante para se pensar a capacidade de organização desses empreendimentos é seu acesso à assessoria, assistência ou capacitação técnica nos mais diversos aspectos que envolvem suas atividades. De um modo geral, o gráfico 5 mostra que 62,9% dos EES afirmaram que tiveram acesso a algum tipo de assessoria ou qualificação técnica no ano anterior à pesquisa, e 37,1% não tiveram acesso algum. Dentre os que responderam sim, aproximadamente dois terços do total de EES, os tipos de assessoramento recebidos mais citados foram: assistência técnica e/ou gerencial (25,5%); qualificação profissional (23,9%); formação sociopolítica (14,10%). Alguns pontos importantes já debatidos anteriormente, como assessoria à elaboração de projetos e assessoria na formalização do empreendimento, também foram citados.

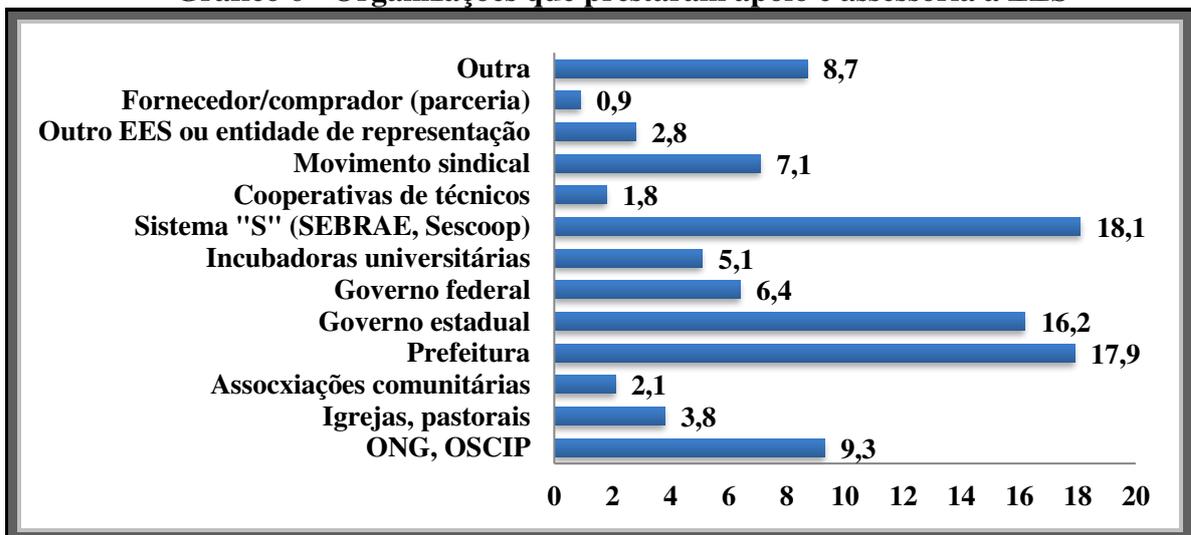
Gráfico 5 - Tipo de apoio/assessoria que o EES recebeu



Fonte: Banco de dados do Sies, 2013.

Essas assessorias são conseguidas de modo geral por meio de programas de apoio e por parcerias firmadas com entidades de origem e natureza institucional bem diversa. Como pode-se perceber no gráfico 6, são entidades ligadas ao chamado “sistema S”(SEBRAE, SENAE, SESCOOP etc.), órgãos governamentais em seus distintos níveis federativos (municipal, estadual e federal), sobretudo por meio de políticas públicas voltadas a apoiar atividades específicas, entidades sindicais, igrejas e ONGs de maneira geral, além de empresas e outras organizações

Gráfico 6 - Organizações que prestaram apoio e assessoria a EES

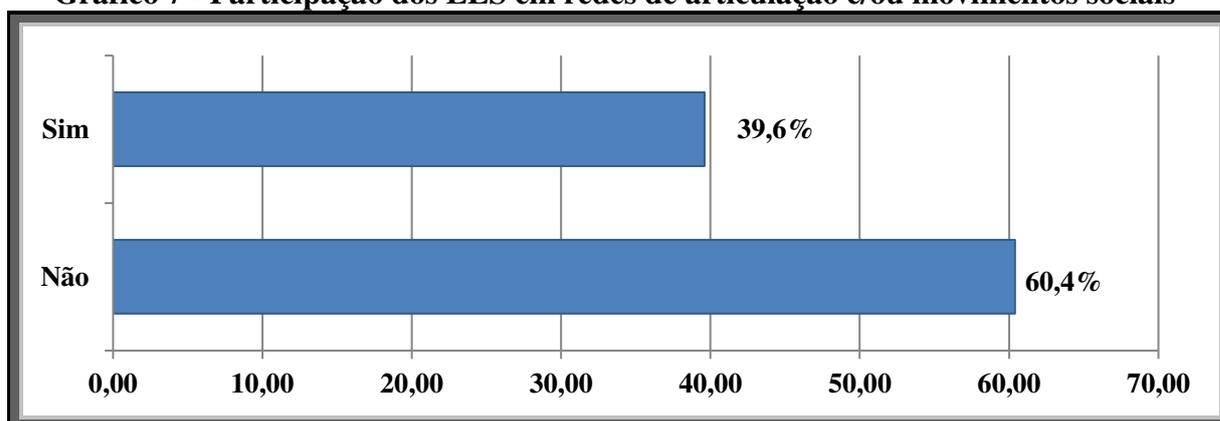


Fonte: Banco de dados do Sies, 2013.

No tocante à articulação e participação dos EES em órgãos de representação política e movimentos sociais, observou-se que, em ambos os casos, a maior parte deles (por volta de 60,4%) não participa. Mesmo assim, não se pode deixar de reconhecer que um percentual de

39,6% envolvidos com outras articulações e movimentos sociais é um percentual bastante significativo, o que demonstra um forte grau de engajamento político das pessoas que compõem esses empreendimentos, que muitas vezes já estão inseridos em outros coletivos de finalidade política ou social.

Gráfico 7 - Participação dos EES em redes de articulação e/ou movimentos sociais



Fonte: Banco de dados do SIES, 2013.

Por fim, foi questionado aos associados dos EES o que eles percebiam como principais conquistas até o momento e quais seriam os principais desafios a serem enfrentados em seus empreendimentos no dia a dia de seu trabalho.

Em termos de conquistas, a integração do grupo por meio do trabalho coletivo foi ressaltada pela maioria dos associados entre os EES pesquisados. A questão da geração de renda também foi bastante destacada como conquista obtida pelo empreendimento, já que essa é a principal finalidade de uma atividade econômica. Outros pontos de destaque foram: autogestão e exercício da democracia, envolvimento com a comunidade local e o maior comprometimento dos sócios.

Tabela 10 - Percepção dos associados quanto as conquistas dos EES

Principais conquistas obtidas pelo empreendimento	Número total	Percentual (%)
Integração grupo/coletivo	13.025	66,1
Geração de renda/obtenção de maiores ganhos	11.618	59,1
Autogestão e exercício da democracia	9.651	48,9
Comunidade local	7.411	37,6
Comprometimento dos sócios	7.372	37,4
Conscientização e compromisso político	3.510	17,8
Outro	2.432	12,3

Fonte: Atlas Digital da Economia Solidária/Senaes, 2013.

Quanto aos desafios apontados, a questão da geração de renda adequada para suprir as necessidades das famílias envolvidas voltou a ser bastante citada, seguida de um ponto que

também está diretamente relacionado, que é a viabilização econômica dos EES. Outros pontos passíveis de destaque nesse quesito foram: maior união do grupo, efetivar a participação e a autogestão nas atividades do EES, garantir maior proteção social aos associados, entre outros. A tabela 11 apresenta uma síntese dessas informações auferidas junto aos associados.

Tabela 11 - Percepção dos associados quanto aos desafios dos EES

Principais desafios a serem enfrentados pelo empreendimento	Número Total	Percentual (%)
Gerar renda adequada	14.503	73,6
Viabilizar economicamente EES	13.108	66,5
União do grupo/coletivo	11.048	56,1
Efetivar a participação e autogestão	8.611	43,7
Articulação com outros EES	8.457	42,9
Garantir proteção social	7.755	39,3
Conscientização ambiental dos sócios	7.294	37,1
Conscientização e politização dos sócios	6.714	34,1

Fonte: Atlas Digital da Economia Solidária/Senaes, 2013.

Diante de um amplo movimento em torno da economia solidária no Brasil segue como um campo ampliado de possibilidades de empreendimentos solidários, dada sua complexidade e diversidade de dimensões da vida social que ele envolve.

No campo das políticas públicas, os dados apresentados, mesmo agregados, já apontam diversas possibilidades de intervenção por meio de programas específicos de apoio e fomento.

Para isso, é importante, também, fortalecer as instâncias participativas (como conselhos, fóruns etc.) para que os próprios atores também possam participar e ter voz na construção de políticas efetivas para fortalecer suas atividades.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia solidária surge principalmente como resposta a incapacidade da economia de mercado de garantir provimento às necessidades básicas da população, sobretudo, a garantia de geração de trabalho e renda para todos. Essa foi à forma de elidir com as desigualdades sociais intrínsecas no modelo de economia capitalista e de diminuir com a vulnerabilidade social presente em todo mundo e especialmente no Brasil.

Dentre desse contexto, as informações contidas no SIES, apontaram que nos últimos anos os associados dos empreendimentos solidários no Brasil tenderam a se organizar, seja em grupos informais, cooperativas, associações ou outras formas, predominantemente como uma alternativa ao desemprego, mas também para obter maiores ganhos em um empreendimento associado (ter uma fonte complementar de renda e/ou desenvolver uma atividade onde também é dono).

Segundo apurado junto à base de dados da SIES, os EES estão distribuídos em todas as regiões brasileiras, com destaque para a Região Nordeste seguida pela Região Sudeste, comprovando o que diz os estudos a respeito. Em outras palavras, por se tratar de uma Região pobre e castigada pela seca, portanto desprovida dos recursos (em relação relativos) e sem acesso ao mercado de trabalho e de consumo, as pessoas expandem e atuam nessa área de produção baseada na solidariedade e no trabalho coletivo, tornando necessário para garantir a subsistência de muitas famílias.

O predomínio da produção primária e no espaço rural pode ser explicado pelo fato de que nestes setores o grau de concentração dos mercados é menor do que nas atividades industriais e comerciais, o que facilita a concorrência dos empreendimentos solidários com as empresas capitalistas.

Outra ênfase diz respeito a aspectos de crédito. O principal apoio econômico por parte do setor público, segundo o mapeamento do SIES, ocorre no fornecimento de crédito. Todavia, pouco mais da metade do crédito conseguido pelos EES provém de órgãos governamentais, o restante vem principalmente de ONGs e de fontes pessoais (parentes, amigos, etc.). Os bancos privados participam com apenas 6% do fornecimento de crédito. O principal motivo para isso é que os bancos preferem financiar grandes volumes de recursos para um pequeno número de empresas, devido aos custos de transação. Esse motivo talvez explique também, porque apenas 16% dos EES ficaram com 86% dos créditos recebidos. A informalidade e dificuldade de obter avalistas também foram importantes barreiras para a obtenção de crédito e que consolidam o cenário apresentado.

Como mérito final, conforme se buscou demonstrar, os dados do mapeamento oriundos do SIES/Atlas apontaram as principais características dos EES no país. Tratando-se de uma abordagem que construiu tipologias interpretativas que procuraram identificar um perfil da economia solidária em âmbito nacional, tornando-se um importante instrumento para a política nacional de economia solidária, pois, expõe o crescimento e a dimensão dos empreendimentos econômicos solidários no país, assim como suas dificuldades e desafios.

De modo geral, a economia solidária no Brasil vem buscando crescer baseada em um conjunto de produtores autônomos ou de empreendimentos coletivos, que se organizaram em redes para trocar produtos entre si, o que dá uma possibilidade de escoamento da produção sem ser de imediato aniquilado pela superioridade das empresas capitalistas que já estão estabelecidas. Mas um problema detectado pela pesquisa do SIES foi o baixo grau de integração entre os empreendimentos solidários, apenas 1/3 deles adquirem produtos de outros EES, apesar de metade deles participarem de alguma rede ou fórum de economia. Assim, a ampliação das redes na direção da integração vertical e horizontal é um desafio a ser enfrentado para ampliar as economias de escala e escopo dos empreendimentos.

As informações do SIES revelaram que os EES ainda carecem de maiores apoios, como financiamento dos investimentos, o desenvolvimento de tecnologias sociais adequadas à produção em baixa escala, incentivos fiscais, e de uma política cooperativa por parte dos órgãos públicos (exemplo: políticas de subsídios e de demanda), entre outros.

Por fim, salienta-se que as iniciativas da Ecosol, bem como, esta pesquisa buscam demonstrar informações que permitam em um futuro não distante construir alternativas socioeconômicas sustentáveis, assumindo um compromisso com um modelo de desenvolvimento que consiga integrar a sustentabilidade econômica, social, ambiental e cultural, contribuindo assim para o aprimoramento do próprio ser humano, ganhando na riqueza dos relacionamentos e no convívio social comunitário. Para isso, os atores envolvidos devem estar abertos à discussão democrática dentro de múltiplas e variadas alternativas organizacionais que veem emergindo, capaz de dialogar com todas as experiências que possuem similaridades na busca por modelos econômicos e de sociabilidade, mais democráticos, justos, sustentáveis, participativos e capazes de incluir a todos.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. **Balço do neoliberalismo**, in E. Sader (org.), Pós-neoliberalismo, São Paulo: Paz e Terra, 1995, pp. 09-25.

BANCO DE DADOS DO SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA (SIES). Brasília: MTE/SENAES, 2008.

BRASIL ESCOLA. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/geografia/forum-social-mundial.htm>>. Acesso dia 06 de maio de 2017.

CARVALHO, M. C. **Autogestão, economia solidária e cooperativismo**: uma análise da experiência política da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Juiz de Fora Pós-Graduação em Serviço Social Mestrado em Serviço Social – Juiz de Fora, 2012.

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **1º Plano Nacional de Economia Solidária**. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/images/Documentos/EconomiaSolidaria/PlanoNacionalEcoSol.pdf>>. Acesso em 25 de março de 2017.

COIMBRA, A. L. de S.; CARVALHO, M. C. **A economia solidária como superação do trabalho abstrato**: apontamentos para uma análise marxista. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt3/a_economia_solidaria.pdf>. Acesso em 29 de abril de 2017.

CUNHA, G. C. **Economia Solidária e Políticas Públicas**: reflexões a partir do Caso do programa Incubadora de Cooperativas, da Prefeitura Municipal de Santo André. São Paulo, 2002. 163 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – USP, SP.

CULTI, M. N; KOYAMA, M. A. H; TRINDADE, M. **Economia solidária no Brasil**: tipologias dos empreendimentos econômicos solidários - São Paulo. Todos os bichos: 2010

CULTI, M. **Economia solidária no Brasil**: tipologias dos empreendimentos econômicos solidários. Universidade Estadual de Maringá, 2014.

GENNARI, A. M. Globalização, Estado, neoliberalismo e desigualdade social no Brasil. In **Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária**. Edi Bonini (org.) 1ª ed. São Paulo, 2011.

HISTÓRIA. SESEC. CAIEIRAS. Disponível em <<http://historia.ceseccaieiras.com.br/modulo-iii/revolucao-industrial>>. Acesso em: 23 de fev. 2017.

LEZAMIZ, M. Disponível em <<http://cooperativismodecredito.coop.br/cenario-mundial/expressao-mundial/cooperativismo-de-credito-na-espanha/o-case-de-mondragon-na-espanha/>>. Acesso dia 05 de maio de 2017.

LIMA FILHO, G. D. L. **Economia solidária**: como forma de inclusão produtiva e social II : disciplina obrigatória, junho de 2013. Notas de aula. Anotações.

MARX, K.; ENGELS, F. **O manifesto comunista**. São Paulo: CHED Editorial, 1980.

PITAGUARI, S. O. **A economia solidária no Brasil: Políticas Públicas e Desenvolvimento Local**. 2010. 145 f. Dissertação (Mestrado em Economia Regional) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Paraná, 2010.

SANTOS, B. S. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **A Crítica da Razão Indolente**. São Paulo: Cortez, 2000.

SENAES. **Atlas da economia solidária no Brasil. 2005-2007**. Org. Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária – ANTEAG. São Paulo: Todos os Bichos, 2009.

SILVA, S. P.; CARNEIRO, L. M. **Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: Apontamentos Iniciais Para o Debate**. IPEA, Mercado de Trabalho n° 57, ago. 2014.

SINGER, P. I. **Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas**. 7° ed. São Paulo: Contexto, 2008. 139 p.

_____, **Introdução à economia solidária**. 1. ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2002. 127p.

_____, **Desenvolvimento e crise**, São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

_____, **Desenvolvimento Capitalista e Desenvolvimento Solidário**. In: **Estudos avançados**. São Paulo, v.18, n. 51, 2004a, pp. 7-22.

_____, **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. (org.) **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, P.; KRUPPA, S. M. P. **Senaes e a economia solidária - democracia e participação ampliando as exigências de novas tecnologias sociais**. Disponível em <file:///P:/Downloads/Senaes%20e%20a%20economia%20solid%C3%A1ria%20-%20Monografias.com.html>. Acesso em 14 de agosto de 2017.

SILVA, S. P; NAGEM, F. A. **Dimensões estruturais dos empreendimentos de economia solidária: uma análise para os estados da Bahia e Paraná. Documentos técnicos científicos**. Volume 42, n° 02, abril – junho, 2012. Disponível em: <file:///C:/Documents%20and%20Settings/Jonnh/Meus%20documentos/Downloads/218-404-1-SM.pdf>. Acesso em 15 de agosto de 2017.

SILVA, S. P.; CARNEIRO, L. M. **Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: apontamentos iniciais para o debate**. **Revista Mercado de Trabalho**. V.57, agosto de 2014.

RODRIGUES, I.; BARBIERI, J. C. **A emergência da tecnologia social: revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável.** RAP - Rio de Janeiro (46), P. 1069 - 1094, Nov./Dez., 2008.

PENA, R F. A. Fórum Social Mundial. **Brasil Escola.** Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/geografia/forum-social-mundial.htm>>. Acesso em 12 de agosto de 2017.